

CURSO

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL E ADMINISTRATIVO PARA SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

A qualificação do servidor leva à maior eficiência no serviço público. Aprenda a aplicar as normas jurídicas a partir de um novo olhar do Direito. Saiba as principais alterações legislativas que serão aplicáveis na sua atuação profissional.

O que eu vou aprender aqui

- Regime Jurídico Administrativo. Princípios da Administração Pública;
- Estrutura da Administração;
- Bens Públicos e regime dos precatórios;
- Servidores Públicos. Regime Disciplinar da Lei 8112/90. Lei de improbidade Administrativa. Regime de Previdência dos Servidores;
- Direito Constitucional;
- Direito Processual Civil
- Direito Processual Penal
- Legislação eleitoral

O curso

Este curso destina-se a capacitar o servidor público federal, com ênfase no servidor público estatutário, munindo-o de conhecimento jurídico para a boa e qualificada prestação do serviço público.

Além disso, o curso contará com módulos que capacitarão o servidor de forma a entender seus direitos funcionais, de forma ampla, abrangendo os direitos estatutários, bem como os direitos previdenciários. Ademais, o servidor será capaz de compreender e delimitar os seus deveres, de forma a não incidir em conduta antiética ou até mesmo em falta funcional,

evitando-se a abertura do processo administrativo disciplinar, de um processo de improbidade ou, até mesmo, criminal.

O curso visa ao aprofundamento dos seus conhecimentos em Direito Eleitoral e Administrativo buscando o aperfeiçoamento profissional do servidor, habilitando ao desenvolvimento de habilidades essenciais para lidar com as complexidades do Direito Eleitoral e Administrativo, fornecendo uma base sólida para a atuação no cargo. O curso é estruturado para fornecer conteúdos atualizados, refletindo as mudanças na legislação e nas práticas administrativas e eleitorais, o que é crucial para uma atuação eficaz no setor público. Além disso, ao concluir a pós-graduação, os alunos recebem um certificado que é altamente reconhecido no mercado, aumentando suas chances de ascensão profissional.

Se não bastasse, o curso é oferecido na modalidade online, permitindo que os alunos conciliem os estudos com suas atividades profissionais.

Em resumo, a Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Administrativo é uma excelente oportunidade para servidores públicos federais que buscam se especializar e se destacar em suas carreiras, contribuindo para a melhoria da gestão pública e do processo democrático no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1 Codificação e fontes do direito administrativo

1.2 Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês. Sistema administrativo brasileiro

1.3 Princípios constitucionais da Administração

1.4 Princípios legais da Administração

2. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO.

2.1 Organização da administração

2.2 Entidades em espécie

2.3 Consórcios públicos

2.4 Órgãos públicos

3. BENS PÚBLICOS E REGIME DOS PRECATÓRIOS

3.1 Conceito e classificações

3.2 Características e principais espécies de bens públicos

3.3 Regime dos precatórios

3.4 Alienação dos bens públicos sob a ótica da Nova lei de Licitações

4. SERVIDORES PÚBLICOS. REGIME DISCIPLINAR DA LEI 8112/90. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

4.1 Estatuto do servidor público Federal (Lei 8112/90)- direitos e vantagens

4.2 Estatuto do servidor público federal (Lei 8112/90)- deveres e responsabilidades

4.3 Estatuto do servidor público federal (Lei 8112/90)- Regime Disciplinar

4.4 Lei de Improbidade administrativa

4.5 Regime Previdenciário do Servidor Público Federal (RPPS)

5. DIREITO CONSTITUCIONAL

5.1 Poder Constituinte

5.2 Direitos Fundamentais

5.3 Remédios Constitucionais

5.4 Organização dos Poderes I

5.5 Organização dos Poderes II

5.6 Federação

5.7 Controle de Constitucionalidade

6. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6.1 Processo Civil Constitucional; Princípios constitucionais

6.2 Noções gerais: Jurisdição, Ação e competência

6.3 Sujeitos principais do processo; Terceiros;

6.4 Sentença e coisa julgada

6.5 Teoria geral dos recursos

6.6 Recursos em espécie I

6.7 Recursos em espécie II

7. DIREITO PROCESSUAL PENAL

7.1 Constitucionalização do processo penal

7.2 Noções de Inquérito Policial

7.3 Noções de Ação penal

7.4 Teoria geral da prova penal

7.5 Teoria geral da prisão

7.6 Sentença, coisa julgada e recursos

8. EM DIREITO ELEITORAL

- 8.1 Fontes e princípios do Direito Eleitoral
- 8.2 Fontes e princípios do Direito Eleitoral II
- 8.3 Direitos Políticos I
- 8.4 Direitos Políticos II
- 8.5 Partidos políticos
- 8.6 Partidos políticos II
- 8.7 Campanha Eleitoral
- 8.8 Campanha Eleitoral II
- 8.9 Eleições e Prestação de Contas
- 8.10 Ações Gerais (MS, HD, MI, AP e Improbidade)
- 8.11 Ações Gerais (MS, HD, MI, AP e Improbidade)
- 8.12 Ações Eleitorais
- 8.13 Ações Eleitorais II
- 8.14 Recursos Eleitorais
- 8.15 Recursos Eleitorais II
- 8.16 Crimes eleitorais

COORDENAÇÃO

- **César Augusto Artusi Babler**

Coordenador da Pós-graduação em Direito Público. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP). Advogado Especialista em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Previdenciário. Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (Unisal). Aprovado e Classificado no 4º Concurso de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo. Professor de Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Previdenciário para concursos públicos e professor de Direito Administrativo e Constitucional para Exame da OAB e Carreiras Jurídicas.

- **Celso Spitzcovsky**

Advogado, Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP; Professor de Direito Administrativo e Eleitoral; Coordenador do curso de Pós-graduação lato sensu, em Agentes Públicos, da Legale Educacional; Coordenador do curso de Pós-graduação lato sensu, em Direito Eleitoral, da Legale Educacional; Advogado militante e palestrante nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral; Autor das obras: "Direito Administrativo Esquematizado - 7ª ed. 2024"; "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: principais diretrizes e mudanças. 2ª ed." "Direito Constitucional. 14ª ed."; "Improbidade Administrativa"; "Concursos Públicos: Limitações constitucionais para os editais - doutrina e jurisprudência." e "Direito Eleitoral. Coleção: Elementos do Direito." Coautor da obra: "OAB 1ª Fase - Esquematizado. 11 ed."; e "Agentes Públicos na Jurisprudência dos Tribunais. Volumes 1, 2 e 3"